

O ATAQUE DE DONALD DAVIDSON AO RELATIVISMO CONCEITUAL CONTEMPORÂNEO

Marcio Camilo da Silva
Faculdade de Ciências Sociais, História e Filosofia - FCHF
mdcamilo@bol.com.br

Palavras-chave: Relativismo conceitual, incomensurabilidade, terceiro dogma do empirismo.

Introdução:

Esse artigo tratará do relativismo conceitual. O termo "relativismo" não é novo na literatura filosófica, ele remonta à Antigüidade clássica. O primeiro filósofo a afirmar uma posição relativista foi Protágoras, com sua célebre afirmação de que o homem é a medida de todas as coisas (Marcondes, 1997, p.43). O termo "relativismo" é usado como um adjetivo que qualifica posições que sustentam a relativização de determinada entidade x a um quadro de referências y , onde o valor de x é dependente do de y . Os possíveis candidatos à valores da variável x oscilam desde os objetos do domínio, a forma como os indivíduos percebem o mundo (a visão de mundo), até à própria verdade. Já os possíveis candidatos à variável y podem incluir a própria linguagem, a cultura, ou mesmo um período histórico.

O relativismo conceitual surge com a filosofia analítica contemporânea. De modo geral, podemos dizer que o relativismo conceitual é consequência de duas mudanças na tradição filosófica: a virada lingüística iniciada por Frege e as críticas de Quine ao que foi chamado por ele de os dois dogmas do empirismo. Grosso modo, o que Frege propôs foi substituir a antiga abordagem ontológica da realidade, que buscava conhecer o ser último das coisas, por uma abordagem lingüística, preocupada com as relações internas da linguagem e com a vinculação da linguagem à realidade. Essa nova abordagem proposta por Frege, ao conceder primazia à linguagem sobre a ontologia, abriu espaço para pensarmos a ontologia, como dependente da linguagem. Por sua vez, o ataque empreendido por Quine ao que foi chamado por ele de os dois dogmas do empirismo¹, pode ser considerado o responsável pela proliferação de esquemas conceituais. Antes das críticas de Quine, a crença em um único esquema conceitual possível era baseada na existência de relações analíticas válidas universalmente, capazes de individualizar um único

¹ Em seu artigo "Os dois dogmas do empirismo".

esquema conceitual possível. Quine, ao defender que as relações analíticas não são válidas universalmente, que, ao contrário, elas são imanentes, dependentes, de uma linguagem ou esquema conceitual, desmistifica a crença em um único esquema conceitual possível, permitindo a proliferação de esquemas conceituais.

Donald Davidson, em seu artigo *On the Very Idea of a Conceptual Scheme*, sustenta contundentes críticas ao relativismo conceitual. O filósofo teria mostrado a impossibilidade da subscrição de qualquer uma das teses relativistas expostas acima, e mais, que qualquer formulação possível do relativismo conceitual não faria sentido. O objetivo desse artigo é expor e compreender as críticas apresentadas pelo filósofo, em seu artigo, ao relativismo conceitual. Para cumprirmos nosso intento, faremos uma análise das principais teses anti-relativistas apresentadas pelo filósofo, buscando mostrar como ele teria conseguindo esse intento.

A noção de esquema conceitual:

O relativismo, de modo geral, surge como consequência de uma concepção onde “esquemas conceituais” são vistos como estruturas que ou organizam, ou se adaptam à realidade. A “realidade” pode envolver desde o mundo, até as estimulações de nossos neuroceptores. As várias teses relativistas que estão por trás do termo “esquema conceitual”, em grande medida, estão relacionadas à tese de que um esquema é um ponto de vista característico de uma cultura, um período, um grupo fechado de especialistas, ou mesmo uma mente.

Segundo a própria caracterização fornecida por Davidson:

Esquemas conceituais, segundo nos dizem, são modos de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados dos sentidos; são pontos de vista a partir dos quais indivíduos, culturas ou períodos inspecionam o desenrolar dos acontecimentos. (Davidson [1984],p.183, T. N.)².

Ao aceitarmos esse conjunto de teses, torna-se clara a possibilidade de discordâncias entre esquemas que comportam diferentes visões do mundo. Tais discordâncias podem levar os esquemas conceituais a serem incomensuráveis entre si. Por “Incomensurabilidade” entende-se a impossibilidade, em *princípio*, de

² “Conceptual schemes, we are told, are ways of organizing experience; they are systems of categories that give form to the data of sensation; they are points of view from which individuals, cultures, or periods survey the passing scene.”

encontrarmos um método de tradução que correlacione cada elemento de um esquema ao seu correspondente no outro.

As atribuições de incomensurabilidade a dois ou mais esquemas conceituais diferentes podem ser radicais ou moderadas. Nessa seção nos ocuparemos dos casos de incomensurabilidade radical. Por "incomensurabilidade radical" entende-se uma situação onde, entre dois ou mais esquemas conceituais, houvesse uma falha completa de tradução.

Segundo Davidson, essas atribuições de incomensurabilidade radical são contraditórias. Ele identifica um paradoxo nas próprias atribuições de incomensurabilidade radical. O problema apontado pelo filósofo poderia ser enunciado da seguinte maneira: para fazer sentido afirmarmos que esquemas são incomensuráveis entre si, necessitamos de uma base comum aos dois esquemas, a partir da qual poderíamos compará-los, para só depois podermos inferir que eles são radicalmente incomensuráveis. Citemos Davidson:

Pontos de vista diferentes fazem sentido, mas apenas se há um sistema coordenado comum no qual situá-los. Contudo, a existência de um sistema comum desmente a proposta da incomparabilidade drástica. (Davidson [1984],p.184, T.N.)³.

Segundo esse paradoxo, uma incomensurabilidade drástica entre esquemas conceituais não pode ser concebida como possível. Para que seja possível a própria formulação dessas atribuições de incomensurabilidade radical, devemos pressupor a existência de um sistema comum, capaz de abarcar os esquemas conceituais em conflito. Todavia, é forçoso concluir que, se esses esquemas em conflito podem ser expressos no mesmo pano de fundo, é necessário que eles tenham pontos em comuns que lhes permitam serem expressos no mesmo pano de fundo. A necessidade de que esses esquemas em conflitos possuam pontos em comum para que possam ser expressos no mesmo pano de fundo contradiz a afirmação de uma incomensurabilidade radical.

Segundo Davidson, o pano de fundo necessário para a atribuição de incomensurabilidade seria a própria linguagem. Dela nenhuma das teorias

³ "Different points of view make sense, but only if there is a common co-ordinate system on which to plot them; yet the existence of a common system belies the claim of dramatic incomparability."

relativistas conseguiria se abster na própria formulação de suas teses, como ele exemplifica:

Whorf, ao querer demonstrar que o Hopi incorpora uma metafísica tão estranha à nossa que o inglês e o Hopi não podem, nas suas palavras, "ser calibrados", usa o Inglês para exprimir os conteúdos de exemplos de sentenças do Hopi. Kuhn descreve com brilhantismo a forma como as coisas eram antes da revolução utilizando – como não fazê-lo? – o nosso idioma pós-revolucionário. (Davidson [1984],p.184, T.N.)⁴.

Segundo o ponto defendido pelo filósofo, e exemplificado pela citação acima, não poderíamos descrever um caso de falha radical na tradução, como seria o caso do Hopi e o Inglês, sem fazer uso da própria tradução que pretendíamos negar ser possível. Assim, a própria linguagem (no caso, o inglês) figuraria como pano de fundo na passagem do próprio inglês para o Hopi, levando as posições radicais do relativismo a incorrem sempre em paradoxos.

Podemos identificar uma primeira tese, ou hipótese de trabalho, subjacente aos argumentos empregados por Davidson para mostrar a impossibilidade do relativismo conceitual: (T1) O problema não seria pensarmos o mundo dentro de esquemas conceituais, podemos perfeitamente tomar a posse de um esquema conceitual como a posse de uma linguagem. Ao associarmos a posse de esquemas conceituais com a posse de uma linguagem, teremos um critério claro para afirmar uma relação de identidade entre dois esquemas conceituais quaisquer: um *método de tradução* que nos permita passar de um esquema a outro. Se aceitarmos essa ligeira modificação da questão, que traz a discussão de um terreno obscuro, esquemas conceituais, para um mais claro, linguagem e possibilidade de tradução, teremos um critério claro para o relativismo: duas pessoas estariam em esquemas conceituais incomensuráveis entre si se, e somente se não houver possibilidade de tradução da língua de uma para a da outra.

Assim, podemos resumir (T1) da seguinte maneira: *esquemas são incomensuráveis entre si se, e somente se não há possibilidade de tradução.*

Se o critério para a identificação de incomensurabilidade entre esquemas conceituais é a ausência de tradução, surge novamente o paradoxo: se não traduzimos, como podemos atribuir significatividade a uma seqüência sonora ou simbólica, p.ex., bla, bla, bla, pronunciada por um marciano? Na verdade, como foi

⁴ "Whorf, wanting to demonstrate that Hopi incorporates a metaphysics so alien to ours that Hopi and English cannot, as he puts it, 'be calibrated', uses English to convey that contents of sample Hopi sentences. Kuhn is brilliant at saying what things were like before the revolution using – what else?- our post-revolutionary idiom."

sugerido anteriormente com o exemplo do Hopi, para atribuímos significatividade, i.e., para afirmarmos que nosso interlocutor não é simplesmente um louco, mas possui uma linguagem, de alguma forma temos que ter traduzido o que ele fala.

Segundo Davidson, a própria necessidade de tradução para a atribuição de significado ao comportamento do outro, i.e., para identificar o seu comportamento como um comportamento lingüístico, nos força a aceitar uma segunda hipótese de trabalho: (T2) Baseado nas justificativas da tese de que se há tradução, então há linguagem, o filósofo propõe como uma segunda tese a volta do condicional: *Se há linguagem, então há tradução*. Se não podemos traduzir, então o problema não é que tenhamos esquemas conceituais incomensuráveis, e sim que não há linguagem para ser traduzida.

Assim, podemos resumir (T2) do seguinte modo: *não há tradução se, e somente se não há linguagem para ser traduzida*.

Como vimos pelo exposto acima, posições que tentam sustentar a existência de uma incomensurabilidade total incorrem na exigência de uma intraduzibilidade também total, i.e., que nenhuma seqüência relevante de expressões possa ser traduzida de uma língua para a outra, incorrem necessariamente em paradoxos. Esses paradoxos mostram a impossibilidade das afirmações radicais de incomensurabilidade, o que já nos leva a uma primeira conclusão: o relativismo conceitual em suas versões radicais não faz sentido. Resta-nos ainda analisar as afirmações mais moderadas do relativismo conceitual, o que será feito no decorrer do texto.

Os dualismos por trás do relativismo.

Nessa seção, faremos uma explanação geral das posições relativistas. Para alcançar esse objetivo, procuraremos expor os pontos comuns identificados por Davidson entre as diversas defesas do relativismo conceitual.

Em seu ataque ao relativismo, Davidson identifica duas metáforas e dois dualismos que, como veremos, dão sustentação ao relativismo. A primeira dessas metáforas é atribuída a Kuhn. Segundo essa metáfora, diferentes cientistas munidos de "paradigmas" diferentes "trabalham em mundos diferentes". Kuhn quer que imaginemos os diferentes observadores do mesmo mundo entrando em contato com ele a partir de seus próprios esquemas teóricos. O mais interessante dessa metáfora é que esses esquemas teóricos podem ser incomensuráveis entre si. A outra

metáfora é a que Strawson usa no seu livro *The Bounds of Senses*. Nesse livro, ele sustenta a possibilidade de imaginarmos mundos possíveis bastante diferentes do atual. Segundo essa metáfora, haveria um único esquema conceitual, mas diferentes experiências possíveis. O relativismo surgiria apenas nas sentenças que estão relacionadas a esses mundos possíveis e que relatam experiências radicalmente diferentes da atual.

Apresentando um resumo dessas duas metáforas nos termos de Davidson, temos o seguinte:

Os muitos mundos imaginados por Strawson são vistos, ouvidos ou descritos do mesmo ponto de vista; o único mundo de Kuhn é visto de diferentes pontos de vista. (Davidson [1984], p.187, T.N.)⁵.

Seguindo o diagnóstico traçado por Davidson, descobriremos que essas duas metáforas se apóiam em duas formas distintas de dualismos. Esses dualismos formam o núcleo de sustentação teórica do relativismo conceitual. Eliminando esses dualismos, Davidson espera eliminar a própria possibilidade do relativismo conceitual.

O primeiro dos dualismos, que dá suporte à metáfora de Strawson, consiste na distinção feita pela filosofia clássica entre conceitos e conteúdo. Com um sistema fixo de conceitos, como, p.ex., as categorias kantianas, descrevemos mudanças possíveis de conteúdo, o que nos leva a imaginar mundos com experiências bastante diferentes. Já o segundo dualismo, que dá sentido às teses de Kuhn, pode ser formulado da seguinte maneira: (ii) há uma distinção entre vários esquemas conceituais e um mundo bruto que esses esquemas ou organizam, ou se adaptam de formas diferentes.

Com a mudança do cenário tradicional da filosofia (a filosofia moderna) para a filosofia analítica contemporânea, podemos identificar uma reformulação do primeiro dualismo nos novos termos da filosofia analítica. Essa tradicional distinção entre conceito e conteúdo passa a ser reformulada em termos da distinção entre dois grupos de sentenças, a saber: as sentenças analíticas e as sentenças sintéticas.

Segundo Davidson:

O dualismo do sintético e do analítico é um dualismo de sentenças, algumas delas são verdadeiras (ou falsas) tanto por aquilo que significam, quanto pelo seu conteúdo

⁵ "Strawson's many imagined worlds are seen or heard or described from the same point of view; Kuhn's one world is seen from different points of view."

empírico, enquanto que outras são verdadeiras (ou falsas) apenas em virtude do sentido, não possuindo conteúdo empírico. (Davidson [1984], p.189, T.N.)⁶.

A idéia por trás do dualismo do analítico e do sintético era a de que um grupo especial de sentenças teria seus valores de verdade determinados unicamente por seus significados, independentemente de qualquer relação com o mundo. Essas sentenças formariam um grupo de verdades "metafisicamente" necessárias, as sentenças analíticas. O outro grupo, o das sentenças sintéticas, que constituem conhecimento sobre o mundo, i.e., que falam sobre o mundo, é considerado relativo ao mundo, tendo seus valores de verdade dependentes da experiência.

O dualismo expresso pela segunda metáfora surgiria como um ataque às teses sustentadas pela primeira. Segundo a primeira, nos termos da filosofia analítica, a realidade poderia ser completamente descrita por dois grupos de sentenças, as sentenças analíticas e as sintéticas. De um lado, o das analíticas, teríamos sentenças verdadeiras unicamente devido às relações entre seus conceitos formadores, criando uma rede universalmente fixa de sentenças e um correlato esquema conceitual válido em todos os mundos possíveis. Do outro lado, o das sintéticas, teríamos sentenças que dependeriam de alguma espécie de contato com o mundo, tendo seus valores de verdade dependentes da experiência presente.

Quine teria mostrado, em seu artigo "Os dois dogmas do empirismo", a impossibilidade de se distinguir entre o grupo das sentenças analíticas e o das sintéticas de forma à priori e univocamente. Segundo o filósofo, a distinção entre esses dois grupos de sentenças depende de descobertas empíricas e, sendo assim, podemos apresentar mais de uma forma possível de dividir esses dois grupos. O que ocorre com as críticas de Quine é que a distinção entre sentenças analíticas e sintéticas passa a ser imanente, interna, à linguagem, ou teoria em questão. Linguagens, ou teorias diferentes podem fazer a distinção entre o grupo das sentenças analíticas e o das sintéticas de modos diferentes. A consequência que nos interessa ressaltar das críticas de Quine é que não faz mais sentido afirmarmos a existência de um único esquema conceitual possível, como fazia no caso do primeiro dualismo. Isso ocorre por não podermos fazer a distinção entre o grupo das

⁶ "The dualism of the synthetic and the analytic is a dualism of sentences some of which are true (or false) both because of what they mean and because of their empirical content, while others are true (or false) by virtue of meaning alone, having no empirical content."

sentenças analíticas e das sintéticas de forma à priori e univocamente, como seria necessário.

Com as críticas de Quine, o velho dualismo dá lugar ao novo, onde antes jazia o dualismo do analítico e do sintético, há agora o dualismo dos vários esquemas conceituais e um único mundo neutro esperando para ser interpretado. Isso ocorreu, como vimos, devido à impossibilidade de se individualizar à priori e univocamente as relações analíticas que nos assegurariam a existência de um único esquema conceitual possível. Essa impossibilidade de se individualizar um único esquema conceitual permitiu a proliferação de esquemas conceituais, todos verdadeiros sobre os mesmos dados, mas não necessariamente comensuráveis entre si.

O terceiro dogma do empirismo.

Depois das contundentes críticas de Quine tanto ao dualismo do analítico e do sintético, como à antiga doutrina verificacionista dos significados, em seu artigo "Os Dois Dogmas do Empirismo", nos vemos frente ao que veio a ser chamado de holismo semântico (radical ou moderado). Dada a inviabilidade da antiga tese verificacionista dos significados, que sustentava podermos atribuir conteúdo empírico sentença por sentença, podemos considerar o holismo como uma resposta satisfatória à questão da significação empírica. Segundo a posição holista dos significados, nossas sentenças ganhariam significado ao enfrentar o "tribunal da experiência" em bloco, como um todo, não havendo como individualizarmos uma única sentença para submetê-la à experiência sem que isso repercuta por toda a linguagem.

Esse efeito em cadeia, que ocorreria ao submetermos mesmo uma única sentença ao tribunal da experiência, se daria devido ao fato de que relações inferenciais entre as sentenças da nossa linguagem seriam tecidas em uma malha de relações demasiado estreita. Esse emaranhado de relações inferenciais é que faria com que qualquer alteração de uma parte da linguagem repercutisse no resto da linguagem, mesmo que essa alteração fosse em uma única sentença. Como reconheceu o próprio Kuhn:

Não está claro, contudo, que a incomensurabilidade possa ser restrita a uma região localizada. No estado atual da teoria do significado, a distinção entre termos que mudam de significado e termos que o preservam é, na melhor das hipóteses, difícil de explicar ou aplicar. [...] É simplesmente implausível que

alguns termos mudem de significado, quando transferidos para uma nova teoria, sem contaminar os termos transferidos consigo. (Kuhn, 2003, p.51)

Seguindo as críticas de Quine, somos levados a considerar o holismo semântico como uma resposta satisfatória à questão de como atribuímos significação empírica às nossas sentenças. Não nos deteremos em uma análise mais aprofundada sobre o holismo semântico. Para o presente propósito, basta-nos observar que o holismo semântico se segue das mesmas críticas feitas por Quine e que levaram ao abandono do primeiro dualismo em favor do segundo, com vimos anteriormente.

Não há como negar que as críticas de Quine levam a uma reformulação do cenário filosófico. Como já observamos, essa reformulação é um dos fatores responsáveis pelo surgimento do relativismo conceitual. Um ponto importante nessa reformulação que nos ajuda a compreender os argumentos de Davidson é entendermos como ficou o empirismo clássico (moderno) após as críticas de Quine.

Segundo a proposta de Quine, o empirismo passa a ser pensado como uma concepção epistemológica onde a experiência - concebida como estimulações de nossas terminações nervosas, dos neuroreceptores - deveria manter seu papel de "tribunal da experiência". A noção de um "tribunal" associado à de "experiência" é empregada para afirmar que a experiência seria capaz de dar veredictos sobre nosso corpo de crenças. Enquanto que a "soberania conceitual do homem" se expressaria em diferentes esquemas conceituais, cada indivíduo, ou cultura com a sua própria teoria sobre o mundo. Essa soberania conceitual do homem permitiria a construção de esquemas conceituais diferentes, e até mesmo contraditórios entre si, mas que se adaptassem aos mesmos dados da experiência.

Para Davidson, após abandonarmos os dois dogmas do empirismo, não fica claro como a proposta empirista de Quine poderia ser efetivada. Na verdade, segundo o filósofo, da forma como o empirismo é formulado por Quine, ele não passa de mais um dogma que surgiu para sustentar a noção de "experiência empírica", após as críticas feitas por Quine ao empirismo clássico. Citemos Davidson:

Ele [o dualismo do esquema e o conteúdo] é um dogma do empirismo, o terceiro dogma. O terceiro e talvez o último, pois se o abandonamos não fica

claro se resta algo de distinto a ser chamado de empirismo. (Davidson [1984], p.189, T. N.)⁷.

Segundo a leitura de McDowell do artigo de Davidson, esse caráter dogmático apontado por Davidson no "empirismo sem dogmas" de Quine pode ser comparado a um resquício do "Mito do Dado", combatido por Sellars em seu *Empiricism and Philosophy of Mind*. O problema com o Mito do Dado é que a experiência, mesmo estando no que McDowell chama de "espaço lógico da natureza", é concebida como tendo participação na justificação de nossas crenças. Todavia, nossas crenças estariam em outro espaço lógico, o "espaço lógico das razões". O fato de nossas crenças e a experiência estarem em espaços lógicos diferentes impediria a última de dar veredictos sobre a primeira. Nesse contexto, quando afirmamos que a experiência dá veredicto sobre nossas crenças, estamos apenas mistificando (ou dogmatizando) nossa concepção de experiência. (McDowell 2005 [1994], pp.169-203).

Ao abandonarmos essa concepção dogmática de experiência, que está por trás do segundo dualismo, que por sua vez é o núcleo central de fundamentação do relativismo conceitual, somos obrigados a concluir que o relativismo conceitual, apoiado nessa concepção dogmática, também deve ser abandonado. Nesse caso, Davidson conseguiu seu intento: mostrar que o relativismo conceitual é uma concepção impossível de ser sustentada, mostrando que ele se fundamenta em uma concepção dogmática da experiência. O que vale tanto para as atribuições radicais, quanto moderadas de incomensurabilidade.

Os casos de falhas parciais e a interpretação radical:

Falta-nos analisar as afirmações de incomensurabilidade moderadas. Um caso de incomensurabilidade moderada ocorreria quando apenas um grupo localizado de sentenças não pudesse ser traduzido, enquanto o resto da linguagem não oferecesse grande dificuldade. Embora seja apenas uma parte localizada, para que Davidson possa concluir seu intento de mostrar que não faz sentido falarmos em relativismo conceitual, ele deverá mostrar também a impossibilidade desses casos moderados.

⁷ "It is itself a dogma of empiricism, the third dogma. The third, and perhaps the last, for if we give it up it is not clear that there is anything distinctive left to call empiricism."

O interessante dessas posições moderadas é que elas se apóiam em um novo critério relativista: usa-se a porção da linguagem que é traduzível como pano de fundo para se referir à parte incomensurável. A vantagem desse critério é que ele não leva aos paradoxos que analisamos com os casos de incomensurabilidade radical. Como afirma o filósofo, "esta [idéia de falha parcial] introduz a possibilidade de tornar mudanças e contrastes entre esquemas conceituais inteligíveis pela referência a uma parte comum". (Davidson [1984],p.195, T.N.)⁸

Para mostrar que essas atribuições de incomensurabilidade parcial também não fazem sentido e finalizar a justificação de sua segunda hipótese de trabalho apresentada anteriormente - (T2) *não há tradução se, e somente se não há linguagem para ser traduzida* - Davidson usa sua teoria da interpretação radical, junto com o "princípio de caridade" quineano.

É possível identificar no artigo de Davidson duas frentes de ataque contra os casos de incomensurabilidade local. Uma delas é a teoria da interpretação radical e a outra é o próprio holismo semântico que surge com as críticas de Quine aos dois dogmas do empirismo. Como vimos, é com as críticas de Quine que ocorre o abandono do primeiro dualismo em favor do segundo. Vimos também que esse segundo dualismo, o dos vários esquemas e um conteúdo não interpretado, é o núcleo central dessas concepções relativistas. A dificuldade apontada por Davidson é a de que as mesmas críticas que conferem ao segundo dualismo a sua posição privilegiada, no contexto do relativismo, levam também ao holismo semântico.

A dificuldade colocada pelo holismo semântico para as afirmações moderadas de relativismo é que, segundo a concepção holista dos significados, tecemos nossas relações conceituais em uma malha demasiado estreita. Isso significa dizer que não podemos alterar uma única sentença sem que isso repercuta para o resto da linguagem. Nesse caso, o simples fato de termos um núcleo incomensurável repercutiria no resto da linguagem, levando toda a linguagem a ser incomensurável. O holismo semântico acaba por fazer colapsar os casos ditos moderados com os casos de incomensurabilidade radical. Com essa redução dos casos de incomensurabilidade moderada aos radicais, elimina-se a possibilidade de um relativismo apenas moderado. Quanto ao relativismo radical, já mostramos não fazer sentido, por conduzir sempre a paradoxos.

⁸ "This introduces the possibility of making changes and contrasts in conceptual shemes intelligible by reference to the common part."

O segundo ponto de ataque empreendido pelo filósofo contra a possibilidade de incomensurabilidade local é baseado na teoria da interpretação radical. A teoria da interpretação radical considera a possibilidade de interpretarmos as sentenças de uma linguagem em outra, através da atribuição de conteúdo semântico ao falante (assim como outras atitudes proposicionais suas). O processo de interpretação radical se inicia a partir do conhecimento de fatos extralingüísticos comportamentais e as frases proferidas, que o falante teria por verdadeiras. Na interpretação radical, nos vemos no seguinte dilema:

Se nós meramente sabemos que alguém considera uma certa sentença verdadeira, nós não sabemos nem o que ele quer dizer com a sentença, nem que crença o seu ato de considerá-la verdadeira representa. (...) O problema da interpretação é abstrair dos dados empíricos uma teoria do significado utilizável e uma teoria da crença aceitável. (Davidson [1984],p.196, T.N.)⁹

Assim, cabe ao intérprete a atribuição de conteúdo semântico às sentenças do falante, o que ocorreria através da atribuição de crenças verdadeiras ao interpretado. Pressupondo quais sentenças o falante consideraria verdadeiras, nós ainda não chegaríamos nem aos significados associados por ele às sentenças, nem as crenças envolvidas em tais sentenças. Afim de uma correta interpretação, resta ao intérprete começar assumindo um grande número de hipóteses sobre as crenças do falante.

Como o conhecimento das crenças do falante vem somente com a interpretação das palavras, e essas, por sua vez, dependem da atribuição de crenças verdadeiras ao falante, segue-se que só podemos começar se admitirmos uma concordância geral entre nossas crenças e as do falante. Isso se dá devido ao próprio "princípio da caridade" quineano. De acordo com o princípio de caridade, não devemos supor que nossa teoria da interpretação não cairá em erros, todavia, "a caridade impõe-se a nós; gostemos ou não, se nós queremos compreender os outros, devemos tomá-los como corretos na maior parte dos assuntos." (Davidson [1984],p.197, T. N.)¹⁰.

Com essa teoria da interpretação radical das crenças do falante, Davidson propõe que encaremos os casos de falhas parciais não como uma diferença entre

⁹ "If we merely know that someone holds a certain sentence to be true, we know neither what he means by the sentence nor what belief his holding it true represents. (...) the problem of interpretation is to abstract from the evidence a workable theory of meaning and an acceptable theory of belief."

¹⁰ "Charity is done us; whether we like it or not, if we want to understand others, we must count them right in most matters."

esquemas incomensuráveis entre si, mas sim como diferenças de "opiniões". Caso seja possível tomarmos essas divergências apenas como diferenças de opiniões, poderemos eliminá-las com base em uma teoria da interpretação similar à utilizada para dar conta das crenças do falante. As falhas de tradução parciais seriam eliminadas com o próprio alargamento contínuo da base comum entre as duas linguagens, através do processo de interpretação. A interpretação evidenciaria gradualmente os pontos de contato entre sentenças, significado e crenças de ambos os falantes, tendo como base comum o próprio ambiente comunitário partilhado por eles.

Tomando "tradução" como sinônimo de "interpretação" junto com o "princípio de caridade", sempre interpretamos procurando dar o máximo de sentido às palavras do falante. Não há como supormos que os interpretados sejam radicalmente diferente de nós quanto aos nossos conceitos ou crenças. Isso porque sempre os interpretaremos dando o máximo de sentido à suas sentenças e mantendo sempre a coerência de nossas próprias crenças.

A teoria da interpretação radical, ao mostrar que sempre interpretamos dando o máximo de sentido às palavras do falante, justifica plenamente a segunda hipótese de trabalho de Davidson. Isso ocorre porque se não traduzimos, não é que tenhamos uma parte da linguagem incomensurável com a nossa, e sim que não há linguagem para ser traduzida. Não há linguagem para ser traduzida pelo simples fato de que sempre empregarmos nossa "caridade" interpretativa ao máximo, tentando fazer sentido com o menor comportamento do falante, se não conseguimos atribuir-lhe nenhum tipo de sentido, ou comportamento lingüístico nessas ocasiões, então podemos concluir que na verdade, nessas ocasiões, o falante simplesmente não emprega nenhuma linguagem.

As conseqüências dos argumentos de Davidson.

Seguindo os argumentos de Davidson, realmente parece não fazer sentido falarmos de uma base inteligível a partir da qual se poderia dizer que dois esquemas conceituais diferentes são incomensuráveis. Isso ocorreria mesmo nos casos de diferenças parciais. As discordâncias expressas nos casos parciais revelaram-se apenas uma questão de diferenças entre opiniões expressas em manuais diferentes, facilmente resolvidas por uma interpretação radical das crenças do falante.

Podemos considerar perfeitamente o processo de tradução como uma situação de atribuição de crenças nossas ao falante, frente a situações socialmente observáveis. Assim, é perfeitamente concebível a tese de que se não traduzimos, não há linguagem para ser traduzida. Isso porque se não é possível uma tradução, então o comportamento do falante em questão é tão estranho que não faz sentido atribuir-lhe nenhum tipo de crença, o que parece uma conclusão bem razoável.

Essa necessidade de uma base comum para a afirmação de incomensurabilidade se evidenciou claramente nos casos de incomensurabilidade radical. Percebemos que não é possível afirmar uma incomensurabilidade radical sem que se caia em paradoxos. Isso ocorre devido à necessidade de acessarmos o esquema conceitual em questão para determinar que ele é uma linguagem. Não encontramos nenhum critério que nos permita identificar que há linguagem e que essa linguagem não é possível de ser traduzida, exceto o da própria tradução. Como os casos de incomensurabilidade parcial se reduzem aos casos de incomensurabilidade radical, devido à concepção holista dos significados, podemos concluir, pelo que mostra o holismo semântico, que os casos de incomensurabilidade parcial também se reduzem a afirmações paradoxais.

Mesmo que se apresente algum critério para a afirmação de incomensurabilidade independente do de tradução, o que parece improvável, a própria concepção geral do relativismo conceitual se fundamenta em uma concepção dogmática da experiência. Como vimos, a experiência, como é concebida pelo relativismo, é um dogma, o terceiro dogma do empirismo. Como um dogma, ela deve forçosamente ser abandonada. Abandonando esse dogma, abandonamos a crença na própria possibilidade do relativismo, por não termos mais o núcleo central que possibilite pensarmos em esquemas conceituais diferentes organizando, ou se adaptando a uma experiência neutra comum.

Podemos concluir que não faz sentido nem as afirmações radicais, nem as moderadas de incomensurabilidade, o que equivale a mostrar que o relativismo conceitual não pode ser sustentado em nenhuma de suas vertentes, nem as radicais, nem as moderadas. Assim, temos que conceder o ponto a Davidson, e concluirmos que embora o relativismo conceitual seja uma concepção interessante, não há como sustentá-la coerentemente.

Referências bibliográficas

- Davidson, Donald.** *Essays on Actions and Events*. New York: Oxford University Press, 1980.
- _____. *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York: Oxford University Press, 2001.
- _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. New York: Clarendon Press, 2004.
- _____. *Truth and Predication*. London: Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- _____. *Truth, Language and History*. New York: Clarendon Press, 2005.
- DeVries, Willem A.; Timm Triplett.** *Knowledge, mind, and the given: reading Wilfred Sellar's Empiricism and the Philosophy of mind*. Indianápolis: Hackett Publishing Company, 2000.
- Kuhn, Thomas S.** *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade. In: *O Caminho desde A Estrutura*. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- McDowell, John.** *Mente e Mundo*. Trad. João Virgílio Gallerani Cutter. São Paulo: Idéias & Letras, 2005.
- Marcondes, Danilo.** *Iniciação à história da filosofia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- Quine, W. V.** *Word and Object*. Cambridge, Mass: M.I.T. Press, 1960.
- _____. Os dois dogmas do empirismo. In: *Os Pensadores*. Trad. Balthazar Barbosa Filho, 2e.d. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- Strawson, P.F.** *The Bounds of Sense*. London: Methuen, 1966.
- Sellars, Wilfrid.** *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997.
- Tarski, A.** The Concept of Truth in Formalized Languages. In: *Logic, Semantics, Metamathematics*. New York: Clarendon Press (1956).
- Whorf, B. L.** The Punctual and Segmentative Aspects of Verbs in Hopi. In: *Language, Thought, and Reality: Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Ed. J.B. Carroll. Cambridge, Mass: M.I.T. Press, 1956.
- _____. Some verbal categories of Hopi. In: *Language, Thought, and Reality: Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Ed. J.B. Carroll. Cambridge, Mass: M.I.T. Press, 1956.